

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2023**

**CREDENCIAMENTO PÚBLICO/INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 08/2023**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, **TORNA PÚBLICO**, que se encontra aberto a partir do **dia 10 de abril de 2023, até 31 dezembro de 2023** das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/ SC, **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA EFETUAR SERVIÇOS DE ROÇADAS PARA MANUTENÇÃO EM ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC, ao preço de R\$ 0,42** para atendimento das demandas do Município de Cordilheira Alta, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

**Considerando** que as condições para execução do objeto são universais e, portanto, a prestação dos serviços dar-se-á em igualdade de condições e o preço a ser pago será o mesmo para todos os interessados, extingue-se a competitividade, caracterizando situação de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no **Caput do art. 25 da Lei n.º 8.666/93**. Desta forma, o **Credenciamento** apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretensos credenciados.

**Este edital** de credenciamento contém os seguintes anexos:

**Anexo “A”** - Termo De Referência e Preço Proposto

**Anexo “B”** - Requerimento de Credenciamento

**Anexo “C”** - Modelo de Declaração

**Anexo “D”** - Modelo De Declaração De Aceitação Do Preço

**Anexo “E”** - Minuta do Termo de Credenciamento

**1 - O OBJETO**

1.1 - O presente Edital destina-se ao **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA EFETUAR SERVIÇOS DE ROÇADAS PARA MANUTENÇÃO, EM ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC, ao preço de R\$ 0,42**, na forma discriminada neste Edital e seus Anexos.

**2 – JUSTIFICATIVA**

2.1 - Justifica-se o presente credenciamento de roçada para manutenção e conservação em locais de domínio público. Estas roçadas se fazem necessário quando da impossibilidade de atendimento total por parte da equipe “Cidade Limpa” (setor vinculado à Secretaria de Água e Saneamento Básico) ou das demais secretarias, de modo a manter limpos e conservados os locais públicos do município.

### **3 – DA VIGÊNCIA DO EDITAL**

3.1 – O presente edital de credenciamento terá prazo de vigência da data de sua publicação até **31/12/2023**, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

### **4 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1 – O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será da data de assinatura até **31/12/2023**.

### **5 – DO PREÇO E DO REAJUSTE**

5.1 – O valor a ser pago por m<sup>2</sup> de roçada que foi estipulado levando em consideração valores contratados em outros Municípios e o valor de referencia que vinha sendo executado pelo Município de Cordilheira Alta no ano de 2022 para os referidos serviços, este último corrigido pelo índice de IPCA.

### **6 - DO PAGAMENTO**

6.1 - O pagamento ocorrerá de acordo com a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação de documento fiscal devidamente aprovada e assinada pelo fiscal de contrato da secretaria solicitante do serviço.

6.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

### **7 - DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

7.1 - Pessoas Jurídicas interessadas em prestar os serviços especificados no objeto, poderão se **CREDENCIAR** para tal, apresentando os documentos abaixo relacionados, **em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou por servidor deste Município.** Os documentos obtidos através da Internet terão sua veracidade confirmada em seus respectivos sites.

7.2 - **Os documentos** para credenciamento deverão ser entregues em **envelope lacrado**, diretamente no Setor de Licitações e Compras desta Prefeitura, a partir do **dia 10 de abril de 2023 até 31 de dezembro de 2023** no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no endereço constante no preâmbulo deste edital, contendo na parte externa a seguinte identificação:



**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA  
CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA EFETUAR SERVIÇOS DE  
ROÇADAS PARA MANUTENÇÃO EM ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO  
MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC”  
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL) CNPJ:**

### **7.2.1 - DOS DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA**

- a) **Requerimento de Credenciamento** (modelo **Anexo B**);
- b) **Ato constitutivo**, Estatuto ou Contrato Social e **última alteração**, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores; CCMEI- em caso de MEIs.
- b1) **Cédula de identidade e CPF** dos sócios;
- c) **Cartão CNPJ**;
- d) **Certidão Conjunta Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a **Tributos Federais** e à Dívida Ativa da União;
- e) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Estaduais**;
- f) **Certidão Negativa** (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de **Débitos Municipais**, relativa ao Município da sede do licitante;
- g) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (CRF do **FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- h) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT** (perante a Justiça do Trabalho, ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));
- i) **Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial** (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão em dois sistemas diferentes “**e-SAJ**” e “**eproc**” do Poder Judiciário de Santa Catarina, disponível respectivamente nos sites:  
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> e  
<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>;
- j) **Declaração** expressa do responsável pela empresa, de **Inidoneidade e inexistência de fato superveniente impeditivo** da habilitação, de acordo com o **Anexo “C”** deste Edital;
- l) **Declaração de Inexistência de Trabalhador Menor** (Art. 7º, inciso XXXIII, CF), (**Anexo “C”**);

m) **Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração** Pública, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

OBS:- Constatada a existência de sanção, a CPL reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## **8 - DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS**

8.1 - O envelope contendo os pedidos de credenciamento e demais documentos exigidos neste Edital serão analisados pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com os requisitos do item 07 do edital.

8.2 - Após a análise da documentação pela CPL, a requerente será comunicada do resultado do julgamento, pessoalmente, via e-mail ou consulta através do site oficial do Município, iniciando-se, a partir dessa data, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

## **9 - DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

9.1 - O interessado será convocado pessoalmente, via e-mail, para assinar o Termo de Credenciamento, minuta **Anexo “D”**, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da convocação.

9.2 - O Termo de Credenciamento será publicado, por extrato no Diário Oficial do Município, como condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

**9.3 - O credenciado deverá manter durante toda a execução da avença, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;**

## **10- DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 - Não poderá exercer atividade, por credenciamento, a empresa que possui sócio ou administrador que possua grau de parentesco, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, com agente político, com detentor de cargo em comissão ou função de confiança ou com servidor público que atue na área responsável pela demanda do Município de Cordilheira Alta.

10.2 - O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior terá suspensa a respectiva atividade, enquanto estiver impedido;

10.3 - A autorização para realização dos serviços será expedida pela Secretaria solicitante do Município de Cordilheira Alta;

10.4 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento, quando caracterizada a prestação de má qualidade, através

de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da produção da ampla defesa;

10.5 - O credenciamento se caracteriza como relação contratual de prestação de serviços;

**10.6 – Os serviços serão distribuídos de forma proporcional entre os credenciados contratados;**

10.7 – As custas com transporte dos materiais ficarão a cargo do Credenciado.

10.9 - Os serviços deverão ser executados, de acordo com as Autorizações expedidas pelo Município.

## **11- DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS**

11.1. O prazo de início de cada prestação de serviços é de até 03 (três) dias corridos, contados a partir do envio/recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

11.2. A contratada deverá assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços.

11.3. A empresa que executar os serviços deverá presta-los de acordo com cronograma e necessidades encaminhadas pela Secretaria solicitante.

11.4. A secretaria solicitante repassara juntamente com a Autorização de Fornecimento o local onde deverá ser executado o serviço.

11.5. É de responsabilidade da contratada qualquer indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo também a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

11.6. Durante a execução dos serviços será terminantemente proibido aos executores dos serviços das Contratadas, ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, e de pedirem gratificações ou donativos.

11.7. É de responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, mão-de obra, insumos, combustíveis e outros, necessários para a execução do serviço, sem quaisquer ônus adicionais ao Município, tais como:

Mão de obra operacional;

Encargos sociais, trabalhistas e alimentação;

EPIs e EPCs para os trabalhadores;

Equipamentos (tais como roçadeiras, sopradores) e ferramentas (tais como foices, tesoura de poda e outros) necessárias para a realização do serviço e operação dos equipamentos;

Sinalizadores de trânsito, quando necessário;

Rede de proteção para roçadas em vias públicas (quando necessário, de forma a evitar sujeira em vias públicas e possíveis danos a pessoas e veículos que estejam transitando nas vias no momento da realização do serviço);

Veículo para deslocamento;

Combustível necessário para veículo e equipamentos;

Manutenção e conservação dos equipamentos utilizados.

11.8. Aos serviços de roçadas, é incluso a remoção de folhas, galhos, grama, capim e outros arbustos de pequeno porte, quando ser fizer necessário, sem custo adicional;

11.9. A medição dos serviços será feita por metro quadrado da área roçada, não aumentando o quantitativo quando houver necessidade de remoção dos arbustos roçados e nem para a limpeza das vias. Entende-se que a remoção dos arbustos roçados e a limpeza das vias (quando necessários), fazem parte do serviço do local onde foi efetuada a roçada.

11.10. Ao término da realização de cada serviço solicitado, deverá apresentar os relatórios de serviços executados, com as medidas e locais da realização dos serviços bem como apresentar, comprovante de pagamento de salários e encargos de previdência social dos trabalhadores que realizaram os serviços ao Município de Cordilheira Alta;

11.11. A Contratada, ao realizar o serviço, deve respeitar todos os níveis de segurança, inclusive dos transeuntes periféricos e veículos que transitarem ou estiverem parados nas imediações, ficando responsável por qualquer indenização à terceiros ou à Contratante, caso ocorram danos pessoais ou ao patrimônio público ou de terceiros;

11.12. Realizar a limpeza das vias, quando necessário, bem como a remoção dos arbustos roçados, quando se fizer necessário, de acordo com a demanda, sem que isto gere custos adicionais ao município, uma vez que é considerado como parte do serviço realizado naquele local.

**11.13. As licitantes vencedoras não poderão subcontratar os serviços a ela adjudicados.**

11.14. A Contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou prestação, ou uso de produto/serviço diverso do que foi relacionado em sua proposta.

11.15 - Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas, cláusulas e condições estabelecidas no termo de credenciamento;

**12. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

12.1 - Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas, cláusulas e condições estabelecidas no termo de credenciamento, bem como fornecer todas as informações relacionadas ao seu objeto;



12.2 - Providenciar o pagamento, após a prestação dos serviços, observadas as disposições estabelecidas no item próprio;

12.3 - Notificar, por escrito, o credenciado a respeito de advertência porventura a ele dirigida ou quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, anexando cópia ao respectivo procedimento administrativo;

### **13 – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

13.1 - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2023 Projeto Atividade nº 2.093, 2.013, 2.084 e 2.011 elemento: 3.3.90. Despesa 12, 37, 102, 78.

13.2 - Para os próximos anos, a execução contratual ficará adstrita à existência de dotações orçamentárias respectivas nos exercícios futuros.

### **14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 - A inobservância pelo **CREDENCIADO** de cláusulas ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará ao **Município**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

14.1.1 - advertência;

14.1.2 - multa;

14.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

14.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.2 - As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

14.3 - A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

14.4 - A multa aplicável será de:

14.4.1 - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

14.4.2 - 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 14.4.1;

14.4.3 - 10% (dez por cento):

- a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;
- b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou
- c) pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

14.5 - Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

14.6 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal, ou do primeiro dia útil seguinte.

14.7 - A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

14.8 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

14.9 - A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com o Município de Cordilheira Alta e o Fundo de Saúde, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

14.9.1 - por 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

14.9.2 - por 12 (doze) meses, nos casos de:

**a) retardamento imotivado da execução do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.**

14.9.3 - por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

- a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;



- b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Município de Cordilheira Alta; ou
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

14.10 - Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

- a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 14.8 deste edital; ou.
- b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

14.10.1 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

14.10.2 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Santa Catarina, quanto à Administração pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

**14.11 - Em qualquer hipótese é assegurado ao CREDENCIADO amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.**

## **15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1 - A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento decorrente desta inexigibilidade ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

## **16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 - Este Edital encontra-se à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) ou no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, na Rua Celso Tozzo, nº27 – Centro, ou através dos e-mails: [compras@pmcordi.sc.gov.br](mailto:compras@pmcordi.sc.gov.br) ou [licitacoes@pmcordi.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmcordi.sc.gov.br)

16.2 – O Município poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

16.3 - Será facultado ao Município, em qualquer tempo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do contrato, bem como a aferição dos serviços ofertados, além de solicitar dos órgãos técnicos competentes a elaboração de pareceres destinados a fundamentar a decisão.

16.4 - A (o) **credenciada (o)** deverá comunicar formalmente ao Município, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, a eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste **edital**, mediante plena justificativa técnica;

16.5 - A remuneração recebida pela (o) **credenciada (o)** não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária;

16.6 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pela Administração Municipal, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor Atendimento aos usuários.

Cordilheira Alta/SC, 06 de abril de 2023.

---

**CLODOALDO BRIANCINI**  
**Prefeito Municipal**



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2023**

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 08/2023**

**ANEXO “A”**

**RELAÇÃO DO SERVIÇO / QUANTIDADE ESTIMADA/ VALOR**

<b>Item</b>	<b>DESCRIÇÃO SERVIÇO</b>	<b>Quant Estimada M²</b>	<b>Valor unit. M²</b>	<b>Valor Total Estimado</b>
01	Mão de obra operacional para efetuar serviços de roçadas para manutenção em áreas de domínio público Municipal de Cordilheira Alta/SC.	200.000	R\$ 0,42	R\$ 84.000,00

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2023**

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 08/2023**

**ANEXO “B”**

**REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

**RAZÃO**

**SOCIAL: CNPJ:**

**ENDEREÇO: (Rua, Avenida, complemento e nº, bairro)**

**Telefone (s):**

**E-mail:**

Vimos, por meio do presente, requerer nosso credenciamento para prestação de serviços **de ROÇADAS PARA MANUTENÇÃO EM ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, em conformidade com o Edital de Credenciamento/ Inexigibilidade 08/2023-MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, juntando para tanto, todos os documentos exigidos.

Declaramos, sob as penas da lei, que tomamos conhecimento de todas as normas e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento, com as quais concordamos integralmente.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2023**

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 08/2023**

**ANEXO “C”**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, através  
de seu representante legal  
declara, sob as penas da lei:

- a) que aceita prestar os serviços nos valores previstos no Anexo “A” do Edital;
- b) Que não possui sócio ou administrador que possua grau de parentesco, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, com agente político, com detentor de cargo em comissão ou função de confiança ou com servidor público que atue na área responsável pela demanda.
- c) Que não possui empregado menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores;
- d) Que não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- e) que, até a presente data, inexistiu fato impeditivo para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2023**

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 08/2023**

**ANEXO “D”**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO PREÇO**

RAZÃO SOCIAL: CNPJ:

ENDEREÇO: (Rua, Avenida, complemento e nº, bairro)

Telefone (s):

E-mail:

DECLARO que concordo em executar os serviços e fornecimentos constantes no referido edital de Inexigibilidade de Credenciamento para **SERVIÇOS DE ROÇADAS PARA MANUTENÇÃO EM ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC**

(Planilha de Descrição de Serviços para Preços Unitários)

<b>ITE M</b>	<b>QTDE MAX.</b>	<b>UND</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR UNIT (R\$)</b>
1	200.000	M <sup>2</sup>	Mão de obra operacional para efetuar serviços de roçadas para manutenção em áreas de domínio público Municipal de Cordilheira Alta/SC.	0,42

Número do Banco, Agência e Conta-Corrente para depósito dos pagamentos em nome da proponente.

(local e data)

(Nome e assinatura do responsável legal)  
(Número da carteira de identidade e órgão emissor do Declarante)





**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2023**

**INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 08/2023**

**ANEXO “E”**

**MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE  
CORDILHEIRA ALTA E**

\_\_\_\_ PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **ROÇADAS  
PARA MANUTENÇÃO EM ÁREAS DE  
DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE  
CORDILHEIRA ALTA/SC.**

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, doravante denominada simplesmente **CREDENCIANTE**, e \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ-MF sob o nº, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato, pelo seu \_\_\_\_\_, Sr.(a). \_\_\_\_\_, portadora da Cédula de Identidade nº e inscrito no CPF-MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CREDENCIADO**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº **44/2023** - Credenciamento, Inexigibilidade de Licitação Nº **08/2023** e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem como objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA EFETUAR SERVIÇOS DE ROÇADAS PARA MANUTENÇÃO EM ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, para atendimento das demandas do Município, conforme especificações constantes no edital convocatório.

1.2. O CREDENCIADO compromete-se a realizar os serviços de acordo com a necessidade e solicitação da CREDENCIANTE, nos termos do requerimento de credenciamento e tabela abaixo:

ITEM	QTDE MAX.	UN D	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT
------	--------------	---------	-----------	---------------



				(R\$)
1	200.000	M <sup>2</sup>	Mão de obra operacional para efetuar serviços de roçadas para manutenção em áreas de domínio público Municipal de Cordilheira Alta/SC.	0,42

1.3. Deram origem a este contrato e eles se integram, sem necessidade de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Credenciamento Público nº 44/2023;
- b) Processo Licitatório nº 08/2023

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

### **2.1 – Os serviços serão distribuídos de forma proporcional entre os credenciados contratados;**

2.4 - Os serviços deverão ser executados, de acordo com as Autorizações expedidas pelo Município de Cordilheira Alta.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS**

3.1. O prazo de início de cada prestação de serviços é de até 03 (três) dias corridos, contados a partir do envio/recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

3.2. A contratada deverá assumir toda a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços.

3.3. A empresa que executar os serviços deverá presta-los de acordo com cronograma e necessidades encaminhadas pela Secretaria solicitante.

3.4. A secretaria solicitante repassará juntamente com a Autorização de Fornecimento o local onde deverá ser executado o serviço.

3.5. É de responsabilidade da contratada qualquer indenização de acidentes de trabalho de qualquer natureza, respondendo também a Contratada pelos danos causados, por seus empregados, auxiliares e prepostos, ao patrimônio público ou a outrem.

3.6. Durante a execução dos serviços será terminantemente proibido aos executores dos serviços das Contratadas, ingerir ou estarem sob o efeito de bebidas alcoólicas ou substâncias tóxicas, e de pedirem gratificações ou donativos.

3.7. É de responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, mão-de obra, insumos, combustíveis e outros,

necessários para a execução do serviço, sem quaisquer ônus adicionais ao Município, tais como:

- Mão de obra operacional;
- Encargos sociais, trabalhistas e alimentação;
- EPIs e EPCs para os trabalhadores;
- Equipamentos (tais como roçadeiras, sopradores) e ferramentas (tais como foices, tesoura de poda e outros) necessárias para a realização do serviço e operação dos equipamentos;
- Sinalizadores de trânsito, quando necessário;
- Rede de proteção para roçadas em vias públicas (quando necessário, de forma a evitar sujeira em vias públicas e possíveis danos a pessoas e veículos que estejam transitando nas vias no momento da realização do serviço);
- Veículo para deslocamento;
- Combustível necessário para veículo e equipamentos;
- Manutenção e conservação dos equipamentos utilizados.

3.8. Aos serviços de roçadas, é incluso a remoção de folhas, galhos, grama, capim e outros arbustos de pequeno porte, quando ser fizer necessário, sem custo adicional;

3.9. A medição dos serviços será feita por metro quadrado da área roçada, não aumentando o quantitativo quando houver necessidade de remoção dos arbustos roçados e nem para a limpeza das vias. Entende-se que a remoção dos arbustos roçados e a limpeza das vias (quando necessários), fazem parte do serviço do local onde foi efetuada a roçada.

3.10. Ao término da realização de cada serviço solicitado, deverá apresentar os relatórios de serviços executados, com as medidas e locais da realização dos serviços bem como apresentar, comprovante de pagamento de salários e encargos de previdência social dos trabalhadores que realizaram os serviços ao Município de Cordilheira Alta;

3.11. A Contratada, ao realizar o serviço, deve respeitar todos os níveis de segurança, inclusive dos transeuntes periféricos e veículos que transitarem ou estiverem parados nas imediações, ficando responsável por qualquer indenização à terceiros ou à Contratante, caso ocorram danos pessoais ou ao patrimônio público ou de terceiros;

3.12. Realizar a limpeza das vias, quando necessário, bem como a remoção dos arbustos roçados, quando se fizer necessário, de acordo com a demanda, sem que isto gere custos adicionais ao município, uma vez que é considerado como parte do serviço realizado naquele local.

**3.13. As licitantes vencedoras não poderão subcontratar os serviços a ela adjudicados.**

3.14. A Contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou prestação, ou uso de produto/serviço diverso do que foi relacionado em sua proposta.

3.15 - Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas, cláusulas e condições estabelecidas no termo de credenciamento;

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE**

4.1. Zelar pelo cumprimento rigoroso das normas, cláusulas e condições estabelecidas no termo de credenciamento, bem como fornecer todas as informações relacionadas ao seu objeto;

4.2. Providenciar o pagamento, após a prestação dos serviços, observadas as disposições estabelecidas no item próprio;

4.3. Notificar, por escrito, o credenciado a respeito de advertência porventura a ele dirigida ou quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços, anexando cópia ao respectivo procedimento administrativo;

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. O prazo de vigência do contrato de prestação de serviços será da data de assinatura até **31/12/2023**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E REAJUSTE**

6.1 – O valor a ser pago por m<sup>2</sup> de roçada que foi estipulado levando em consideração valores contratados em outros Municípios e o valor de referencia que vinha sendo executado pelo Município de Cordilheira Alta no ano de 2022 para os referidos serviços, este último corrigido pelo índice de IPCA.

6.1.1 - Os valores serão reajustados pelo índice vigente, quando da renovação do contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1 - O pagamento pelos serviços prestados serão efetuados, em ate 30 dias da prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, acompanhada de relatório de serviços executados, devidamente atestada pelo setor responsável, desde que mantida situação habilitatória regular.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2023 Projeto Atividade nº 2.093, 2.013, 2.084 e 2.011 elemento: 3.3.90. Despesa 12, 37, 102, 78.

8.2 - Para os próximos anos, a execução contratual ficará adstrita à existência de dotações orçamentárias respectivas nos exercícios futuros.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**



9.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo IVONEI SALES, Secretário de Água e Saneamento Básico, ANDERSON SGANZELA, Secretário de Infraestrutura, RUDIMAR MARAFON, Secretário de Adm. Faz. e Planejamento, ANA ELIZA TAUCHERT, Secretária de Educação, que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

9.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. A inobservância pelo **CREDENCIADO** de cláusulas ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará ao **Município**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

10.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

10.4. A multa aplicável será de:

10.4.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;



10.4.2. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 10.4.1;

10.4.3. 10% (dez por cento):

- a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;
- b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou
- c) pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

10.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

10.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal, ou do primeiro dia útil seguinte.

10.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

10.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

10.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com o Município de Cordilheira Alta e o Fundo de Saúde, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

10.9.1. Por 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

10.9.2. Por 12 (doze) meses, nos casos de:

**a) retardamento imotivado da execução do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.**

10.9.3. Por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:



- a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Município de Cordilheira Alta; ou
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

10.10 - Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

- a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 10.8. deste edital; ou
- b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

10.10.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

10.10.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Santa Catarina, quanto à Administração pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

**10.11. Em qualquer hipótese é assegurado ao CREDENCIADO amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.**

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CREDENCIANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

11.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

11.2. A rescisão deste contrato pode ser:



11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CREDENCIANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se o CREDENCIADO com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

11.2.2. A pedido do CREDENCIADO, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.4. O CREDENCIADO reconhece todos os direitos da CREDENCIANTE em caso de eventual rescisão contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

12.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei n ° 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

13.1. O presente Contrato é firmado através do Edital de Credenciamento Público Inexigibilidade **08/2023**, conforme disposições do artigo 25 da Lei 8.666/93.

13.2. Este Contrato poderá ser alterado através de Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Cordilheira Alta/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



**CLODOALDO BRIANCINI**  
**Prefeito Municipal**

---

**CREDENCIADO**

**Testemunhas:**

---

Angelita Gabriel  
CPF: \*\*\*.893.109-\*\*

---

Laura Muniz da Silva  
CPF: \*\*\*241.889\*\*